



VOLTAIRE E A SOCIOGÊNESE DO CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA CORTE

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de – UNIMEP – lfamiranda@uol.com.br

Neste texto discuto alguns aspectos da interpretação iluminista a respeito da sociedade de corte, formulada no século XVIII, que foram recuperados por Norbert Elias quando apresentou essa configuração social como centro dinâmico do processo civilizador. Não pretendo sugerir que o sociólogo alemão apenas reproduziu as idéias dos filósofos do século XVIII, mas acredito que estes legaram fórmulas interpretativas reinterpretadas por Elias, fórmulas às quais ele atribuiu novos significados. Convém lembrar que os filósofos franceses do século XVIII, em especial Voltaire, estudaram cuidadosamente a dinâmica das cortes européias e assinalaram seu processo evolutivo a partir da Idade Média, apontando o desenvolvimento da *politesse* e do refinamento dos cortesãos como uma de suas conseqüências. Também perceberam o quanto esse processo articulava-se com o crescente poder dos príncipes. Sendo assim, para melhor conhecer as possíveis fontes de Elias, talvez seja útil detalhar o trabalho historiográfico de filósofos como Voltaire.

No capítulo um do *Processo civilizador*, intitulado “Da sociogênese dos conceitos de *civilização e cultura*”¹, Elias estudou a origem do conceito de “civilização” na França em meados do século XVIII. Ele apresentou Voltaire, Mirabeau e os fisiocratas como autores fundamentais para a elaboração do referido conceito. Naquele momento, o termo “homem civilizado” já nomeava o modelo ideal que deveria ser seguido pelos participantes das cortes européias. Em francês, a palavra *Civilisation* derivou do verbo *civiliser*. Este último, utilizado desde o período renascentista, definia o comportamento dos aristocratas reunidos em torno do rei. Segundo Elias, na França grupos burgueses em ascensão assimilavam os padrões aristocráticos, pois a burguesia, diferente do que ocorria nos principados alemães, não estava inteiramente segregada da corte. Assim, os pensadores franceses, mesmo quando oriundos do mundo burguês (como Voltaire), de alguma forma sentiam-se identificados com as formas de intercâmbio social e de controle emocional desenvolvidas no ambiente cortesão. Interpretavam a *politesse* como sinal de progresso capaz de distingui-los de outros homens “mais primitivos”. Como observou Elias, os escritores franceses não opuseram “ao *homme civilisé* um modelo humano radicalmente diferente”, como fizeram os alemães, pois aceitavam os “modelos de corte”, objetivando “desenvolvê-los e transformá-los”².

Entretanto, os filósofos das Luzes dirigiram críticas, por vezes muito duras, à monarquia francesa e aos cortesãos. Para eles, havia muito a corrigir. Elias notou que, na segunda metade do século XVIII, o conceito “civilização” exprimia essa crítica: além de anunciar os bons costumes da convivência cortesã, entendida como exemplo de polidez, o conceito comportava a tese de que o movimento da sociedade tinha “leis próprias” às quais o governante esclarecido deveria se sujeitar³. Os governos

¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, v. I, p. 21-64.

² *Ibid.*, v. I, p. 55.

³ *Ibid.*, v. I, p. 59.

monárquicos, porém, nem sempre conheciam e observavam essas leis. Sendo assim, eles podiam comprometer o processo civilizador em curso e provocar a decadência de suas sociedades. Pensavam os pensadores iluministas que, para proteger a civilização produzida pelas cortes européias, era necessário reformá-las e continuar a instruir seus membros. Portanto, eles não propunham um rompimento com o padrão aristocrático, mas pretendiam aperfeiçoá-lo.

Elias elaborou uma interpretação original do papel das cortes no mundo moderno. Todavia, sempre esteve atento aos textos do século XVIII e parece ter absorvido algumas teses dos iluministas franceses. Na verdade, ele os conhecia muito bem. Lembro apenas um exemplo. No *Processo civilizador*, depois de citar algumas linhas do *Século de Luiz XIV*, nas quais Voltaire apontava como o Rei-Sol conseguiu transformar “uma nação até então turbulenta em um povo pacífico”, Elias arremata: “mais tarde veremos com mais detalhes como foi importante essa pacificação interna para o processo civilizador”⁴. A passagem sugere que Voltaire lhe ofereceu um ponto de partida para a interpretação do governo de Luiz XIV. Para testar essa hipótese de trabalho, é útil acompanhar como o pensador francês compreendeu o desenvolvimento histórico das cortes européias, em especial a francesa.

Voltaire acreditava que, quando a Fronda foi sufocada em 1653, Luiz XIV se achou “senhor absoluto” do reino, apesar dos problemas ainda existentes⁵. Esse poder não foi produto do acaso ou obra de um único homem de “gênio”. Representou o resultado de um longo processo histórico. Na abertura do *Século de Luís XIV*, Voltaire lembrou o desenvolvimento da monarquia francesa nas décadas anteriores ao governo do Rei-Sol:

*Henrique o Grande iria retirar a França das calamidades e da barbárie nas quais trinta anos de discordia a tinham lançado, quando ele foi assassinado em sua capital (...). O cardinal Richelieu, ocupado em rebaixar a casa da Áustria, o calvinismo e os grandes, não gozou de um poder suficientemente tranquilo para reformar a nação, mas ao menos ele começou essa obra feliz.*⁶

A percepção de Elias a respeito do momento da ascensão de Luís XIV não é muito diferente. *A sociedade de corte* definiu o monarca como “soberano conservador”, que durante a juventude vivenciou a Fronda mas, quando subiu ao trono, “a realeza já tinha reconquistado o poder absoluto”. Assim, a tarefa que o esperava “não era conquistar e monopolizar, mas proteger e consolidar as estruturas de dominação existentes”⁷.

Antes de continuar, convém salientar que, apesar das semelhanças, *A sociedade de corte* é uma obra com objetivos muito distintos do *Século de Luís XIV*. O dois livros apresentam como ponto de partida a tese de que Luís preservou um poder já conquistado por governantes anteriores, portanto seu poder derivava da longa história da centralização monárquica na França. Voltaire, porém, objetivava mostrar Luís XIV como um organizador da cultura de seu tempo. Elias, por sua vez, preferiu estudar o rei enquanto mediador dos conflitos entre os grupos sociais existentes na corte. Voltaire,

⁴ *Ibid.*, v. I, p. 62.

⁵ VOLTAIRE. *Le Siècle de Louis XIV* (org. René Groos). Paris: Garnier, 1947, v. I, p. 68. Fronda foi um conflito ocorrido no interior França entre 1648 e 1653, iniciado no período em que o cardeal Mazarino controlava o Estado, durante a adolescência de Luís. Envolveu o Parlamento de Paris e parte da ainda turbulenta nobreza francesa.

⁶ *Ibid.*, v. I, p. 4-5.

⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 101.

obviamente, não aprofundou a investigação a respeito do problema das classes sociais no Antigo Regime, um dos temas principais do texto do sociólogo alemão. O que aproxima as duas análises é a imagem do governo de Luís XIV como um momento bem sucedido do processo de pacificação da sociedade francesa.

Vejamos primeiro como Voltaire construiu essa imagem. Segundo *O século de Luís XIV*, o monarca e seus auxiliares empenharam-se em “reformular as leis”, criando códigos e estatutos a respeito de temas até então ausentes da legislação do país. Surgiram regras para as manufaturas, o comércio, o uso das águas e das florestas etc. Mas grande parte da atividade legislativa do Rei-Sol buscava, acima de tudo, possibilitar que o Estado controlasse a violência dos súditos. Os duelos foram abolidos e a punição dos crimes recebeu uma regulamentação mais razoável⁸.

O monarca, segundo Voltaire, procurava reger a vida social. Assim procedendo, completava a luta do poder central contra as “antigas facções” que conturbavam o reino. Portanto, em meados do século XVII, “havia na França apenas um senhor e seus súditos”⁹. O filósofo saudou essa vitória da centralização monárquica:

*O espírito de facção, de furor, de rebelião que tomava posse dos cidadãos desde o tempo de Francisco II, tornou-se uma emulação de servir o príncipe. Os grandes senhores de terras não estavam mais encantados. Os governos das províncias não tinham mais postos importantes a distribuir. Cada um pensava apenas em merecer as graças do soberano. O Estado tornou-se um todo regular do qual cada linha conduzia ao centro.*¹⁰

A imagem das linhas convergindo para o ponto central do poder é uma ótima representação do que pretendo salientar. Segundo Voltaire, Luís XIV instituiu o espaço racional para a manifestação das inclinações passionais dos franceses, pois as direcionou para um “centro” capaz de harmonizá-las e impedir os conflitos que caracterizaram a história da França desde a Idade Média. Sem eliminar completamente as paixões e a concorrência entre os súditos, o Estado se transformou em um “todo regular” cujo “centro” ligava-se às partes, contendo a tendência para a fragmentação. A identidade entre os interesses do rei e os interesses nacionais foi fortalecida. A nexa entre o “centro” e as partes pôde se estabelecer sem maiores fissuras quando “servir o príncipe” começou a ser o desejo sincero dos súditos. Estes não precisavam reprimir todas as suas ambições para obedecer ao soberano. Luís não impõe a ordem com brutalidade, ignorando os interesses dos súditos, pois sua grande vitória foi a mudança dos costumes e da sensibilidade dos franceses: o “espírito de facção, de furor e de rebelião” foi sufocado e a “emulação” pacífica excitou a vontade de trabalhar em favor do Estado. Os membros do corpo social, buscando seus interesses e competindo entre si, podiam agora beneficiar o todo. Um novo contexto social foi necessário para essa mudança, redirecionando as ambições. Os senhores saíram de seus feudos e foram introduzidos na corte, os governadores – em geral aristocratas – perderam paulatinamente poder e deixaram de controlar parte da máquina estatal e, por fim, o “mérito” começou a determinar as posições hierárquicas. Segundo Voltaire, o governo de Luís XIV minou a força política da aristocracia tradicional e neutralizou parte dos meios pelos quais ela dominava muitas áreas. As “graças” do soberano começaram a ser

⁸ Sobre a atividade legislativa, cf. VOLTAIRE. *Le siècle de Louis XIV*, v. II, p. 73-74.

⁹ *Ibid.*, v. I, p. 93.

¹⁰ *Ibid.*, v. II, p. 83.

o principal objetivo das disputas entre os “grandes” que, até então, tinham desafiado o poder do soberano e lutado pela sua independência.

Elias, como Voltaire, identificou o processo de transformação dos senhores a princípio “encantados”. Saliente-se, mais uma vez, que também no *Processo civilizador* a diferença entre os dois autores é nítida: Elias demonstrou grande preocupação em delinear como os reis franceses operaram de modo pendular ao enfrentar o conflito entre burguesia e aristocracia, aproveitando-se deste embate para consolidar seu poder; para o filósofo do século XVIII, essa problemática praticamente inexistia. Todavia, *O século de Luís XIV* foi capaz de chamar a atenção de Elias para o novo papel dos nobres franceses no século XVII: da “ampla massa da aristocracia fundiária” nasceu uma “nobreza de corte”, sendo que a proximidade com o rei era uma maneira eficaz para controlá-la e domá-la, pois Luiz XIV “concedia com liberalidade”, “mas mantinha os nobres sempre cientes da dependência em que viviam”¹¹. De resto, o texto de Voltaire já havia ao menos sugerido a tese fundamental de Elias a respeito do tema:

*O poder das forças centrífugas havia sido finalmente quebrado. Todos os possíveis rivais do governante monopolista viram-se reduzidos a uma dependência institucionalmente forte de sua pessoa [Luís XIV]. Não mais em livre competição, mas apenas numa competição controlada pelo monopólio, apenas um segmento da nobreza, o segmento cortesão, concorria pelas oportunidades dispensadas pelo governante monopolista (...). A corte era a forma organizacional dessa competição restrita.*¹²

A “emulação de servir o príncipe” de Voltaire parece ter um sentido bastante próximo da “competição controlada pelo monopólio” anunciada por Elias. Nos dois casos, o centro do poder começou a regular as disputas entre as partes. Os dois textos identificaram que o nobre, a partir de então, encontrava-se a serviço do príncipe, não era mais “um homem relativamente livre, senhor de seu castelo”, precisava assimilar uma autodisciplina “imposta às pessoas pelo novo espaço social e os novos laços de interdependência”¹³.

Voltaire definiu a corte do Rei-Sol como o “novo espaço social” que melhor realizou o realinhamento centralizador. Vejamos um relato sintético das relações entre o monarca e seus cortesãos:

*É assim que todos os cortesãos procuravam agradá-lo, cada um segundo seu poder e seu espírito. Ele [Luís XIV] bem o merecia, pois estava pessoalmente ocupado em se tornar agradável (...). Era um comércio contínuo (...) de tudo o que o empenho de servir e de agradar pode ter de delicadeza sem o ar da baixeza.*¹⁴

Voltaire percebeu que a consolidação das regras de bom comportamento – a *politesse* – desempenhava papel decisivo no controle da nobreza. Nessa fase da história

¹¹ Cf. ELIAS. *O processo civilizador*, v. II, p. 164-171

¹² *Ibid.*, p. 170. Grifo meu.

¹³ ELIAS. *O processo civilizador*, v. I, p. 212.

¹⁴ VOLTAIRE. *Anecdotes sur Louis XIV. In: Oeuvres complètes* (org. Louis Moland). Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, v. XXIII, p. 239.

francesa, a vitória do poder central e o “espírito racional” dispensavam o contínuo uso da força. O soberano, comportando-se de maneira agradável e polida, promovia um “comércio” com os nobres da corte que jamais os humilhava e, ao mesmo tempo, exigia a observância de regras de *politesse* que restringiam os impulsos passionais. Exemplo de bons modos, o rei educava uma nobreza cada vez mais próxima e dependente do trono. Os conflitos entre aristocratas, se não eram resolvidos, podiam ser apaziguados por essa sociabilidade amena e regrada, manifestando-se apenas aquela “emulação de servir o príncipe” que reforçava o poder deste último. Sendo assim, Voltaire defendeu o controle das emoções que a corte do Rei-Sol impunha aos aristocratas, pois evitava a turbulência e o desgaste vivenciados por governos anteriores. Compelida a regular o próprio comportamento, a aristocracia acabava por reforçar um código de conduta que, em última instância, diminuía sua agressividade e facilitava a aceitação da autoridade do soberano.

Depurar a nobreza de seus costumes bárbaros foi de suma importância para a definitiva neutralização dos “partidos” aristocráticos. Entretanto, a *politesse* não ficou restrita ao mundo da corte:

*Mas as residências, os espetáculos, os passeios públicos, onde as pessoas começaram a se reunir para gozar uma vida mais doce, tornaram pouco a pouco o exterior de todos os cidadãos quase semelhante. Percebe-se hoje, até no fundo de uma loja, que a politesse ganhou todas as condições.*¹⁵

O avanço da *politesse* correspondeu à constituição de um mundo público – espetáculos, passeios etc – que padronizou o comportamento dos indivíduos. A *politesse* estabeleceu hábitos uniformes, eliminou ou restringiu as condutas desagradáveis que tornavam amarga a vida urbana. A convivência cada vez mais intensa e complexa entre os cidadãos exigia a imitação do modelo oferecido pela corte. Transcendendo o universo aristocrático, o padrão da “doce vida” tornava os indivíduos afáveis, cultivava o seu “espírito” e suprimia a brutalidade e a desordem características das cidades medievais. A expansão da *politesse*, segundo Voltaire, realizava-se pelo movimento iniciado no centro da sociedade (a corte) e, como ondas, transmitido para a sua periferia. Talvez os homens comuns não manifestassem a mesma elegância e requinte dos cortesãos de Luís XIV, mas as relações urbanas conduziam a um comportamento similar que, de maneira mais modesta, produzia os mesmos resultados: a “doçura” expressa na experiência cotidiana facilitava o trabalho do poder central, pois ajudava a manter a ordem e a paz nas cidades. Nota-se a preocupação de Voltaire em enfatizar como Luís XIV conduziu uma reforma dos costumes sem oprimir os súditos: seduzidos pelos bons exemplos de *politesse*, os indivíduos de diversas camadas sociais aos poucos abandonaram sua rude agressividade.

Voltaire entendeu que a grande obra do monarca não foi a criação de um novo sistema político, mas a mudança de comportamento dos franceses. A nova “emulação”, controlada por regras e programada pelo príncipe e seus ministros, permitia a manifestação saudável das paixões, pois impedia os excessos sem sufocar os interesses e desejos individuais. Por outro lado, o “espírito racional” exigia a conduta calculada e amável, o respeito pelo outro. Assim, surgia um “comércio” entre os indivíduos mediado pelo cálculo das conseqüências de cada ato e pela observância do código da *politesse*. Constituíam-se espaços de contatos crescentemente impessoais nos espetáculos, nas ruas e nos escritórios do Estado. Espaços livres de senhores particulares, onde a tolerância com as escolhas alheias era indispensável. Atento ao processo pelo qual

¹⁵ VOLTAIRE. *Le siècle de Louis XIV*, v. II, p. 85.

emergia esse novo mundo público, Voltaire concebeu o “século de Luís XIV” como a era de seu nascimento. Para o filósofo, o monarca merecia lugar de destaque na história nacional na medida em que pacificou definitivamente o país e introduziu as boas maneiras entre os franceses. Tratava-se do melhor momento da monarquia francesa, pois os aristocratas foram controlados, as artes e as ciências evoluíram, o fanatismo regrediu, o governo tinha uma política econômica coerente (pelo menos até a morte de Colbert) e a *politesse* atingiu diversos grupos sociais. Tendo em vista períodos anteriores, a França havia melhorado muito e novas perspectivas estavam abertas para os homens de talento, ou seja, para os burgueses.

Ao contrário de Voltaire, Elias não estava interessado em mostrar o quanto a França tinha melhorado com Luís XIV, apesar de apontar o constante avanço do processo civilizador. Para o sociólogo alemão, a evolução da vida civilizada não tinha o valor político e moral que apresentava na “história filosófica” do pensador francês. Civilizar, pensava Elias, não era necessariamente melhorar o homem, aperfeiçoar seu “espírito”, algo bastante característico nas obras do século XVIII. Porém, mais uma vez sentidos diferentes são atribuídos para avaliações históricas similares. Elias acreditava que a sociedade de corte “formou o elenco básico de modelos de conduta que, depois, (...) difundiu-se, junto com a compulsão a utilizar o espírito de previsão, por círculos de funções constantemente maiores”¹⁶. Como Voltaire, ele notou a crescente padronização das condutas dos indivíduos iniciada no ambiente cortesão e que se estendeu lentamente para outros estratos sociais e, em primeiro lugar, para a burguesia envolvida no mundo dos negócios. Vejamos uma passagem do *Processo civilizador* sobre o século XVII:

*Há muito material que demonstra como, nesse período, os costumes, comportamentos e modas da corte espalhavam-se ininterruptamente pelas classes médias altas, onde eram imitados e mais ou menos alterados de acordo com as diferentes situações sociais. Perdem assim, dessa maneira e até certo ponto, seu caráter como meio de identificação da classe alta. (...) E é desse mecanismo – o desenvolvimento de costumes de corte, sua difusão para baixo, sua leve deformação social, sua desvalorização como sinais de distinção – que o movimento constante nos padrões de comportamento na classe alta recebe em parte sua motivação.*¹⁷

Nas páginas posteriores, Elias continua demonstrando como hábitos aristocráticos – o uso de guardanapos e talheres, por exemplo – tornaram-se costumeiros na sociedade burguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII. O movimento de expansão da “doce vida” apontado por Voltaire, capaz de formar pessoas “quase semelhantes”, reapareceu na obra de Elias inserido em um novo contexto: o da luta da nobreza cortesã por se distinguir frente aos grupos sociais inferiores em condições de ameaçar sua superioridade hierárquica. O que em Voltaire era descrito como a lenta escalada evolutiva dos costumes civilizados, decorrência da iniciativa e do exemplo de grupos dirigentes cada vez mais esclarecidos, em Elias ressurgia como produto dos embates entre as classes sociais, disputas que obrigavam a aristocracia cortesã a refinar suas formas de conduta na tentativa de preservar seu prestígio. O sociólogo alemão apresentou um novo exame para a dinâmica histórica já identificada pelo filósofo iluminista: como este, ele observou a disseminação dos costumes da corte no mundo urbano burguês (nos passeios públicos, nos teatros, nas lojas), mas o principal

¹⁶ ELIAS. *O processo civilizador*, v. II, p. 215-216.

¹⁷ *Ibid.*, v. I, p. 110.

responsável pelo fenômeno não era o avanço da Luzes, resultava, segundo Elias, das crescentes tensões no seio de uma rede de interdependências sociais cada vez mais intensa e complexa. Portanto, as diferenças entre os dois autores é notória. A preocupação com os conflitos de classe, que marcou o pensamento social alemão a partir da segunda metade do século XIX, alterou consideravelmente as interpretações de problemas já identificados pela história filosófica dos iluministas franceses.

Elias, porém, compartilhou com os filósofos franceses do século XVIII a idéia de que era necessário entender a civilização como processo histórico no qual aspectos sociais e individuais articulavam-se, pois o crescente controle dos impulsos passionais não afetava apenas a vida de cada indivíduo e promovia transformações na economia, no Estado, nas artes.

Ao analisar o caso de Luís XIV, Voltaire enfatizou que a eficácia da administração pública dependia do polimento das relações interpessoais e da sensibilidade dos súditos, algo que seria possível graças ao controle da violência passional e ao cultivo de uma convivência agradável e aberta ao debate filosófico. Em várias oportunidades, ele apresentou o processo civilizador como produto da dinâmica interativa entre os múltiplos aspectos da vida coletiva e a forma como os indivíduos manifestavam suas paixões. Vejamos um exemplo. No capítulo final do *Ensaio sobre os costumes*, ao realizar um balanço da história da Europa desde a Idade Média, Voltaire afirma:

Já que a natureza colocou no coração dos homens o interesse, o orgulho e todas as paixões, não é espantoso que tenhamos visto, em um período de aproximadamente dez séculos, uma seqüência quase contínua de crimes e de desastres.

Todavia, não haveria razão para desespero, pois:

É fácil julgar pelo quadro que nós fizemos da Europa, desde o tempo de Carlos Magno até nossos dias, que esta parte do mundo é incomparavelmente mais povoada, mais cultivada, mais rica, mais esclarecida que ela tinha sido até então, que ela é mesmo muito superior ao Império Romano...¹⁸

Para compreender o progresso da vida civilizada, o filósofo – assim como o historiador – não deveria subestimar nenhum elemento histórico, pois a vitória da civilização dependia de avanços demográficos e econômicos, mas também do “cultivo” e do esclarecimento dos indivíduos capazes de domar suas perigosas inclinações passionais. Na perspectiva de Voltaire, sem desconsiderar os “crimes” e “desastres”, importava mais o resultado global do processo histórico, a sua tendência preponderante. Como outros autores do século XVIII (Gibbon e Condorcet, por exemplo), ele rejeitou a historiografia que se resumia a coletar eventos e apresentar biografias de grandes personagens. Luís XIV foi grande porque soube aproveitar tendências históricas já em curso e, superando as adversidades, contribuiu para um movimento secular. Para tal, ele estabeleceu uma autoridade soberana “sem contradição”, pois “os nobres, sem disciplina”, conheciam apenas “a guerra e a ociosidade”¹⁹. A corte do Rei-Sol, segundo Voltaire, exigiu que seus membros manifestassem suas ambições e seu orgulho de

¹⁸ VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII* (org. René Pomeau). Paris: Garnier Frères, 1963, v. II, p. 810-811.

¹⁹ VOLTAIRE. *Le siècle de Louis XIV*, v. I, p. 4-5.

forma pacífica e regulada, possibilitando a progressiva constituição de uma convivência na qual floresceu o debate racional – as ciências, as artes e a filosofia – e o bom gosto – as belas-artes e os prazeres delicados.

Voltaire, como Elias faria mais tarde, definiu a corte de Luís XIV como o ponto culminante da transformação do cavaleiro feudal independente e turbulento em nobre cortês a serviço do príncipe, ou seja, da metamorfose do senhor impulsivo em súdito sensato. Acompanhando o filósofo francês, o sociólogo alemão apresentou essa mudança como produto da interiorização de uma nova “disciplina”: na corte do monarca, o nobre não era mais “um homem relativamente livre”, “senhor de seu castelo”, assimilava “um novo comedimento, um controle e regulação novo e mais extensos que a velha vida cavaleirosa fazia necessário ou possível”²⁰. Ambos compreenderam que o sistema de corte, consagrado ao longo do século XVII, não era simplesmente a vitória dos monarcas absolutistas, mas representava a fixação de hábitos que alteravam a estrutura emocional dos indivíduos e redefiniam o modo pelo qual eles disputavam prestígio e benefícios. De forma sintética, poderíamos talvez afirmar que Voltaire e Elias investigaram, ao mesmo tempo, a dimensão psicológica dessa experiência política e os fatores políticos que mudaram a maneira como os indivíduos vivenciavam suas emoções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, 2 volumes I e II.

_____. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1986.

VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII* (org. René Pomeau). Paris: Garnier Frères, 1963, 2 volumes.

_____. *Oeuvres complètes* (org. Louis Moland). Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, 50 volumes.

_____. *Le Siècle de Louis XIV* (org. René Groos). Paris: Garnier, 1947, 2 volumes.

²⁰ ELIAS. *O processo civilizador*, v. I, p. 212.